

■ Sobre a crise: finanças e direitos sociais (ou de propriedade!)⁵⁸

.....Maurizio Lazzarato

Esquizofrenia I – empobrecimento e enriquecimento no neoliberalismo

A crise que estamos atravessando não é propriamente uma crise financeira (no sentido do consenso midiático, que separa a “especulação” dos financeiros da “produção” dos empresários, como diz Sarkozy!), mas um fracasso da governamentalidade neoliberal sobre a sociedade, onde as finanças são apenas um dispositivo (apesar de estratégico). Do ponto de vista da governamentalidade (e do regime de acumulação capitalista), a economia “real” e a “especulação” financeira são indissociáveis. **Embora, por um lado, a economia “real” empobreça os governados – seja enquanto assalariados (com a redução do salário, a precarização etc.) ou como detentores de direitos sociais (com a redução das transferências de renda, a diminuição dos serviços públicos, limitação de seguros desemprego, etc.) – por outro, as finanças “virtuais” almejam enriquecê-los através do crédito e das ações (das empresas).** As políticas neoliberais não defendem aumentos salariais diretos ou indiretos (melhores aposentadorias financiadas coletivamente através de mutualização e distribuição), mas incitam a expansão do crédito para consumo e a participação na bolsa (fundos de pensão, seguros privados e individuais). Ou seja, antes de se garantir o direito à moradia, asseguram-se financiamentos imobiliários; antes de se efetivar a mutualização dos riscos sociais (riscos por desemprego, adoecimento, aposentadoria, etc.), investem-se nos seguros individuais.

As finanças são uma máquina de guerra que transforma os direitos sociais em dívidas, em seguros individuais e em rendimento (de ações na bolsa).

As políticas neoliberais introduziram profundas transformações na maneira de compreender e gerir os direitos do trabalho e os direitos sociais (garantias de aposentadoria, contra o desemprego, de serviços de saúde, são obtidas através dos seguros individuais, mais do que pelos direitos coletivos). **Os assalariados e usuários da previdência social devem ganhar e gastar o menos possível para**

58 Traduzido do francês por Gerardo Silva e Leonora Corsini.

reduzir o custo do trabalho e o custo da seguridade social, ao passo que os consumidores devem gastar o máximo possível para alavancar a produção. Com efeito, no capitalismo contemporâneo, os assalariados e usuários, de um lado, e os consumidores, de outro, coincidem.

As finanças tentam resolver o paradoxo. O crescimento econômico neoliberal determina os diferenciais de ganho e de poder empobrecendo os assalariados, os “assistidos” pelo Estado de Bem-estar, além de uma parcela cada vez mais importante da classe média, ainda que vise o enriquecimento desses segmentos através de mecanismos como os *subprimes*. O principal mérito desse dispositivo financeiro (e a aposta insensata na qual os governantes também acreditaram, e não somente os financistas!) é a capacidade de redistribuir a riqueza sem mexer nos diferenciais econômicos; a capacidade de redistribuir a riqueza reduzindo os impostos, sobretudo dos ricos; e de redistribuir a riqueza cortando os salários e os gastos sociais. Em tais condições, nada mais resta senão recorrer aos créditos!

As finanças são uma máquina de transformar assalariados em pequenos proprietários, além de, como dizem os liberais, desproletarizá-los e despolitizá-los. Na perspectiva da desproletarização (construção de pequenas unidades de produção, ajuda no acesso à casa própria, participação em um mercado de ações “popular”, etc.), a argumentação neoliberal é sempre a mesma: “um assalariado que também é capitalista não é mais um proletário”, independentemente da “crescente salarização da economia”.⁵⁹

A loucura dessa lógica política, entretanto, não está na bolsa, mas no próprio projeto político de querer converter a todos em “pequenos proprietários”, como anuncia o programa de Sarkozy (o original americano – Bush – fala de uma “sociedade de proprietários”), sem se preocupar em mexer nas desigualdades na distribuição de riqueza que, há trinta anos, só fazem se agravar.

E como funciona essa política? “Se seu salário não é muito alto, tudo bem, pegue um financiamento para adquirir uma casa e seu valor aumentará, servindo de garantia para outros créditos – para comprar automóvel, para pagar os estudos dos filhos, para o plano de saúde, e assim por diante”. Mas, dado que as taxas de juros aumentam, todo esse mecanismo de crédito (em geral financiado por outros países – especialmente China, Japão e Coreia – e não com recursos próprios) vai por água abaixo. A lógica da dívida-crédito é a lógica política de governo das classes sociais na globalização. A gestão dos *subprimes* exprime isto

59 François Bilger, *La Pensée économique libérale de l'Allemagne contemporaine*, citado por Foucault em *O nascimento da biopolítica*.

de maneira emblemática. “A explosão imobiliária e do crédito fácil foram dois mecanismos para tranquilizar os trabalhadores e a classe média, fazendo-os aderir ao programa de longo prazo do ‘regime *liberalista*’. Agora, acontece o seguinte: a globalização, que penaliza duramente tanto os trabalhadores quanto a classe média, aparece nua e crua diante dos seus olhos, e eles mesmos não vão mais acreditar na globalização como algo que lhes seja favorável. Uma vez que conseguiram, através de financiamento, realizar o sonho da casa própria, comprar um carro, viajar de férias para Paris, essas pessoas tinham que acreditar no sucesso da globalização. Agora, porém, elas começam a se dar conta de que se tratava de uma estratégia de Wall Street para drenar seu patrimônio até o último centavo. E, encontram-se em uma situação em que não sabem mais o que fazer, posto que o patrimônio (hipotecado) era a última garantia para o caso de uma emergência”.⁶⁰

A economia americana é uma economia da dívida. Assim, as finanças não são apenas um fenômeno de especulação, mas constituem o próprio motor do crescimento e definem sua natureza. Em 30 de junho de 2008, a dívida agregada dos Estados Unidos – famílias, empresas, bancos e administrações públicas – superava os 51 trilhões de dólares, contra um produto interno bruto de 14 trilhões de dólares.

Nos Estados Unidos, o endividamento médio das famílias aumentou 22% nos últimos oito anos (os anos Bush). O total de empréstimos não pagos aumentou 15%. A inadimplência dos estudantes universitários dobrou. A “arte de viver endividado” já foi incorporada como matéria nos currículos escolares americanos.

No entanto, as finanças mantem sua confiança inabalável no sistema: “Podem passar nos seus bancos, porque nós já encontramos as técnicas mais sofisticadas para transformá-los em proprietários e em consumidores através das cartas de crédito”.

O que provocou a crise não foi a “especulação”, o descolamento das finanças da economia real, **mas a pretensão de enriquecer todo mundo, sem mexer um só milímetro no regime de propriedade (privada)**. A questão da propriedade é o ponto de tropeço de toda política no capitalismo. No nível político, a luta de classes se expressa no confronto entre dois modelos de “socialização” da riqueza: direitos para todos e mutualização *versus* créditos e seguros individuais (conhecemos muito bem esse tipo de alternativa).

As finanças são uma máquina de transformar os assalariados e o conjunto da população em “capital humano”, que devem ser capazes de ga-

60 Bob Manning é autor de um bestseller, *A Nação do Cartão de Crédito (Credit Card Nation)*, Basic Books, 2000) e, mais recentemente, *Vivendo com a Dívida (Living with Debt)*, 2005).

rantir por si mesmos sua formação, seu desenvolvimento, sua acumulação, o cuidado e a valorização de “si” enquanto “capital”, através da gestão de suas relações, de suas escolhas e condutas, sempre seguindo a lógica do custo/benefício e a lei da oferta e da procura. E as finanças devem contribuir também para fazer de todo governo “uma espécie de empresa permanente e múltipla”. Não se está pedindo aos indivíduos que garantam a produtividade do trabalho, mas sim a rentabilidade do capital (do seu próprio capital, de um capital inseparável da sua própria pessoa). **O indivíduo deve se considerar, ele mesmo, um fragmento do capital, uma fração molecular do capital.** O trabalhador não é mais fator de produção ou força de trabalho, mais capital-competência, uma “máquina-de-competências”, associado a um “estilo de vida, um modo de vida”, uma escolha moral⁶¹, uma “forma de relação consigo mesmo, com o tempo, com seus semelhantes, com o futuro, com o grupo, com a família”.⁶²

A crise se desenvolve no coração mesmo das relações de poder capitalista, e não será resolvida com aumento de liquidez ou qualquer outra técnica “econômico-financeira”, dado que o que está desmoronando é o projeto político de transformar a todos em devedores e possuidores de patrimônio, em “capital humano, em empreendedores de si mesmos”. Com os *subprimes*, os capitalistas acreditaram na sua própria ideologia: transformar incluindo, tornar os mais pobres das classes trabalhadoras e das classes médias, proprietários.

O regime de acumulação e as modalidades de governamentalidade financeira, hoje em crise, constituem técnicas políticas de individualização, de despolitização e de “desproletarização”, **que tem como principal objetivo a neutralização dos comportamentos de cotização, de solidariedade, de cooperação (que implicam, por sua vez, direitos para todos) e da memória das lutas e dos conflitos (ação e organização coletiva) dos “assalariados” e dos “proletários”. O crescimento puxado pelo financiamento (crédito) pensa em exorcizar o conflito desta maneira.**

Confrontar-se com as demandas das subjetividades “assalariadas” ou das subjetividades que consideram o emprego, as aposentadorias, a formação etc. direitos coletivos garantidos e reconhecidos pela sociedade, não é a mesma coisa que governar os “endividados”, os pequenos proprietários, os pequenos acionistas.

A crise dos *subprimes* não é uma crise financeira, mas o **fracasso do programa político do individualismo proprietário e patrimonial.** Ela é muito mais

61 Ernest-Antoine Seillière, conferência de imprensa, 20 de junho de 2000.

62 Michel Foucault, *Nascimento da biopolítica*, p. 245.

do que simbólica, porque ela mexe com o símbolo mesmo da “propriedade individual”: a casa própria. Na França, essa política recebe o nome de “refundação social” (conduzida pelos padrões dos seguros e dos empreendimentos financeiros). A lógica neoliberal da refundação social, que Sarkozy – e antes dele os socialistas – assumiram completamente, está sendo pulverizada diante de nossos olhos, numa incrível aceleração. As razões e os objetivos das lutas travadas contra o individualismo proprietário e patrimonial e pelos novos direitos sociais são sempre (cada vez mais!) válidos, mas num nível incomparavelmente ampliado.

Esquizofrenia II - A dívida como técnica de governo (macro e micro) e como técnica de adestramento para a “responsabilização” (culpabilização)

Com base nas pesquisas de Will, Michel Foucault mostra como, em certas tiranias gregas, o imposto sobre os aristocratas e a distribuição de dinheiro aos pobres são meios de fazer voltar esse dinheiro aos ricos, de alargar singularmente o regime das dívidas... (Como se os gregos tivessem descoberto, à sua maneira, o que os americanos iriam encontrar com o New Deal: o fato de que a pesada taxação do Estado favorece os bons negócios). Em suma, o dinheiro, a circulação do dinheiro, é o meio de tornar a dívida infinita (...). A abolição das dívidas ou a sua transformação contábil inaugura um serviço de Estado interminável (...). O eterno devedor, o crédito infinito, tomaram o lugar dos blocos de dívida móveis e finitos (...) a dívida torna-se dívida de existência, dívida de existência dos próprios sujeitos. Surgem os tempos em que o credor só empresta enquanto o devedor não para de pagar; já que pagar é um dever, e emprestar uma faculdade, como na canção de Lewis Carroll, a longa canção da dívida infinita:

*“Claro que um homem pode exigir o que lhe é devido,
mas quando se trata de empréstimo
claro que ele pode escolher
o tempo que melhor lhe convém”.*

Deleuze e Guattari (O Anti-Édipo)

A passagem das sociedades disciplinares às sociedades de controle marca a transição do “grande encerramento” para o “grande endividamento”, implicando uma modificação profunda da forma de dominação: do homem “encerrado”, inicialmente na prisão, mas também na fábrica, no hospital, na escola, no quartel (instituições que se espelham na prisão) ao homem “endividado” (Deleuze).

O segredo do crescimento da *Corporate America* é a dívida que financia, sobretudo, o consumo (por trás de cada dólar do PIB, há cinco dólares de crédito). Mas, o sistema dívida/crédito não é apenas motor econômico, mas também uma técnica para governar as condutas dos indivíduos. O sistema da dívida (financeira e moral, cuja origem, segundo Nietzsche, é a mesma) faz circular, por sua vez, a culpa e a “responsabilidade” entre os governados.

O capitalismo contemporâneo, por um lado, incentiva o endividamento dos indivíduos (nos Estados Unidos, onde a poupança é negativa, existe todo tipo de crédito: para consumo, acesso à moradia, estudos universitários, etc.), eliminando do endividamento *molecular* toda a carga culpabilizadora (Nietzsche nos lembra, em *Genealogia da Moral*, que na linguagem do protestantismo, “dívida” e “falta” se dizem da mesma maneira!); **por outro lado, esses mesmos indivíduos são responsabilizados e culpabilizados pelos déficits molares (seguridade social, seguro saúde, seguro desemprego etc.), custos com que devem se comprometer a arcar. A quase totalidade das “reformas” neoliberais (regimes de trabalho intermitente, mudanças nas regras de aposentadoria, por exemplo), são legitimadas pelos déficits, tanto que todos podem constatar hoje que o “déficit *spending*” (o endividamento do Estado) é uma questão absolutamente política!**

A incitação a tomar créditos e a obrigação de se sacrificar para reduzir ao máximo as despesas sociais não são contraditórias, posto que se trata de colocar os governados dentro de um sistema de “dívida infinita”. Não há cancelamento da dívida no capitalismo financeiro, simplesmente porque ela não é reembolsável (com os “gastos sociais” para salvar o sistema, vamos tê-la por gerações!).

Antes de ser dispositivo econômico, essa “dívida infinita” é uma técnica de segurança para reduzir a incerteza do tempo e dos comportamentos dos governados. Ao fazer os governados honrarem suas dívidas, o capitalismo tira vantagens do futuro, já que as obrigações da dívida permitem prever, calcular, medir, estabelecer equivalências entre os comportamentos atuais e os comportamentos futuros. São os efeitos do poder da dívida sobre a subjetividade (culpabilidade e responsabilidade) que permitem ao capitalismo desconstruir a ponte entre o presente e o futuro.

Nietzsche diz em *A Genealogia da Moral* que a possibilidade de transformar o “homem inculto” em “homem civilizado”, quer dizer, um homem “previsível, regular, calculável”, passa pela capacidade de prometer, pela fabricação de uma memória da dívida. O homem “civilizado” contemporâneo é aquele em que a memória é a memória da empregabilidade, da disponibilidade, da docilida-

de às leis do mercado de trabalho e do consumo, esta é a “taxa” dos créditos que recebe.

Segundo a lógica neoliberal, o seguro desemprego não é um direito que se paga através de cotizações, mas uma dívida que deve ser reembolsada com juros: ela tem de ser paga pelo esforço constante do devedor em maximizar sua empregabilidade. Assim, os “serviços” do Estado de Bem-estar não constituem direitos sociais conquistados pelas lutas, mas empréstimos que o sistema amavelmente estende às pessoas. Embora as mnemotécnicas praticadas pelos governos neoliberais não sejam tão cruéis e sanguinárias quanto as descritas por Nietzsche (suplícios, torturas, mutilações, etc.) o sentido é o mesmo: construir uma memória, inscrever no corpo e no espírito dos indivíduos a obrigação. E, para que tais efeitos do poder da moeda sobre a subjetividade funcionem, é preciso sair da lógica dos direitos individuais e coletivos e entrar na lógica dos empréstimos (os “investimentos” no capital humano).

A utilização de técnicas da “dívida infinita” de adestramento para a culpabilidade e a responsabilidade começa pelo “capital humano”, antes mesmo da entrada no mercado de trabalho. Nos Estados Unidos, 80% dos estudantes que terminam um mestrado de direito acumulam uma dívida de 77.000 dólares, caso tenham estudado numa escola privada, e US\$ 50.000, se estudaram em universidade pública. O endividamento médio dos estudantes que terminam uma escola de especialização em medicina é, segundo um estudo da *Association of American Medical College*, de 140.000 dólares. Um estudante que realizou com sucesso seu mestrado em direito declarou a um jornal italiano: “Acho que nunca conseguirei quitar as dívidas que contraí para pagar meus estudos; às vezes penso que quando eu morrer ainda terei parcelas desta dívida a pagar. Hoje, tenho um plano de parcelamento estendido de 27 anos e meio, mas ele é muito complicado porque a taxa financeira é variável e eu só consigo amortizar os juros (...). Sou muito cuidadoso com minhas finanças, anoto cada despesa em um caderno, desde o cafezinho até a passagem de ônibus (...). Tudo que gasto tem que ser programado (...). O que mais me preocupa é não ser capaz de poupar e a minha dívida está sempre lá, me assombrando”.⁶³

A moeda não apenas designa as leis gerais que os economistas garantem serem naturais, mas produz também seus efeitos de poder sobre a subjetividade através das técnicas específicas de individualização. Nosso banqueiro conhece os fluxos de débito e crédito da nossa conta, de modo que ele pode traçar uma car-

63 *Jornal La Repubblica*, 4 de agosto de 2008.

tografia precisa e específica do nosso “estilo de vida” e, dessa maneira, também governar nossas “condutas” modulando o acesso ao crédito.

Os capitalistas que “queimam” centenas de milhares de dólares a cada crise financeira sem se embarçar por nenhuma memória, por nenhuma promessa não cumprida, são os mesmos que evocam catástrofes econômicas e sociais – de amplitude apocalíptica – para explicar os rombos do seguro-desemprego, da previdência social e do sistema de aposentadorias. De acordo com essa lógica, o capitalismo financeiro é tudo menos um sistema de risco, posto que, como vimos com a crise dos *subprimes*, não são os “empresários” que ficarão devendo, mas os contribuintes que serão obrigados a pagar uma dívida que jamais contraíram. Milagres do capitalismo!

A crise mostra concretamente que os verdadeiros “acionistas” não são os investidores institucionais, nem as pequenas poupanças, mas os “contribuintes”. A propriedade privada apela à riqueza e ao esforço de todos para se salvar, para poder continuar se apropriando da cooperação social de maneira privativa. O Estado utiliza a riqueza de todos, isto é, o resultado da cooperação social, para reproduzir a lógica liberal dos interesses egoístas e da concorrência de todos contra todos. A crise apenas começou, posto que a apropriação privada da riqueza de todos e a distribuição desigual da renda e do poder não está, de maneira alguma, no centro dos planos de recuperação das economias. Na certa, a questão política que se encontra na origem da crise econômica não tardará em se manifestar abertamente.

■.....**Maurizio Lazzarato** é sociólogo e filósofo radicado na França, onde realiza pesquisas sobre os movimentos pós-socialistas. É autor de diversos ensaios e livros, dentre os quais foram traduzidos e publicados no Brasil *Trabalho Imaterial. Formas de Vida e Produção de Subjetividade*, em co-autoria com Antonio Negri (DP&A, 2001), e *As Revoluções do Capitalismo* (Civilização Brasileira, 2006).



Governo Lula: Desafios para uma Política do Comum

